PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/SGAF/2024

A Prefeitura de São José dos Campos vem tornar público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/SGAF/2024**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EVENTOS, PRODUÇÕES E PROMOÇÕES E SERVIÇO DE COSTURA,** nos termos das Leis Federais nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e 13.709/2018, da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, da Lei Complementar nº 123/2006, atualizada por último pela Lei Complementar nº 169/2019, Lei Complementar nº 182/2021, Lei Complementar nº 188/2021, dos Decretos Municipais nº 19.491/2023, nº 19.485/2023, nº 19.484/2023, nº 19.483/2023, nº 19.476/2023, nº 19.425/2023, nº 19.424/2023, nº 19.268/2023, nº 19267/2023, no que aplicável, e demais normas pertinentes (https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/gestao-administrativa-e-financas/compras-e-licitacoes/legislacao/).

O Pregão ocorrerá em sessão pública exclusivamente em ambiente eletrônico, na Internet, através da plataforma **BR CONECTADO,** no endereço eletrônico: https://www.licitacaosaojosedoscampos.com.br/, mediante recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame.

Recebimento das propostas.
As propostas serão recebidas até às 08h59 do dia 24/07/2024, exclusivamente através do sistema eletrônico conforme endereço acima.

Abertura das propostas:
As propostas serão abertas às 09h00 do dia 24/07/2024.

Início da disputa de preços:
A sessão eletrônica iniciar-se-á às 09h10 do dia 24/07/2024.

Todas as referências de tempo do edital e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília-DF.

1 – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EVENTOS, PRODUÇÕES E PROMOÇÕES E SERVIÇO DE COSTURA, nas condições estabelecidas no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA (TR).**

1.2. Caso no momento da elaboração das propostas seja verificada divergência entre as especificações deste objeto descritas no sistema eletrônico do PORTAL DE COMPRAS e as especificações constantes deste Edital, ou ainda, divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecem válidas as do Edital.

1.3. Para a prestação do serviço será observado:

1.3.1. No certame:

I. O modo de disputa aberto;

II. O critério de julgamento das propostas pelo menor preço global por lote.

1.3.2. Na execução:

I. Os serviços realizados na forma de execução indireta.

1.4. Estão vinculados à futura contratação objeto deste Edital, independentemente de transcrição, o Termo de Referência, o Edital da Licitação, a proposta declarada vencedora e eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado, observadas as condições deste Edital.

2.2. Os interessados deverão, além de atender as demais exigências constantes neste edital e seus anexos, estar devidamente credenciados e de posse de sua senha pessoal e intransferível, obtida após os procedimentos descritos no **item 3** deste edital.

2.3. Não poderão participar os interessados que se encontrem com falência decretada, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aquelas que estejam sob os efeitos da Declaração de Inidoneidade ou de Suspensão do direito de licitar e contratar com a esfera de governo municipal.

2.3.1. Fica autorizada a participação de empresa que se encontre em recuperação judicial mediante a apresentação do plano de recuperação já homologado e em vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, nos termos da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

2.4. Os interessados deverão participar do certame através da mesma pessoa jurídica que virá a executar o contrato, ou seja, caso participe como matriz deverá apresentar toda a documentação em nome da matriz, caso participe como filial deverá fazê-lo em nome da filial. Fica vedada a execução do contrato por pessoa jurídica diversa daquelas originalmente participantes do certame.

2.5. Não poderão disputar esta licitação ou participar da execução do contrato:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. O licitante que se enquadrar em quaisquer das previsões contidas no artigo 14, incisos I ao VI, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.5.3. Conforme justificativas – técnica, econômica e outras pertinentes, formalizadas nos documentos que orientaram a elaboração deste edital, NÃO será permitida a participação no certame de empresas em regime de CONSÓRCIO.

2.5.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, extensivo a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. A COOPERATIVA quando não vedada por justificativa técnica e econômica, para fins de participação deverá cumprir, no que couber, as previsões do art. 16, da Lei nº 14.133/2021 e do Edital.

3 – CADASTRO PRÉVIO DOS LICITANTES

3.1. A participação no presente Pregão Eletrônico dar-se-á mediante realização sessão pública, por meio da **INTERNET,** mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema PORTAL DE COMPRAS**, disponível no endereço eletrônico: https://www.licitacaosaojosedoscampos.com.br.

3.2. Os interessados deverão acessar o PORTAL DE COMPRAS da Prefeitura de São José dos Campos para, na plataforma da **BR CONECTADO,** se cadastrar previamente como FORNECEDOR; inscrição que deverá ocorrer em até 02 (dois) dias úteis anteriores ao horário fixado neste Edital para o recebimento das propostas.

3.2.1. Havendo necessidade de contato com a BR CONECTADO para pagamento, liberação de acesso e suporte ao uso da plataforma, realizar contato via telefone: (081) 3877-1397 e / ou e-mails: comercial@brconectado.com.br; boletos@brconectado.com.br.

3.3. Para obter acesso aos serviços do PORTAL DE COMPRAS da Prefeitura de São José dos Campos:

3.3.1. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará à BR CONECTADO, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante TABELA DE PREÇOS com valores por plano de acesso, informados na página do CADASTRO DO FORNECEDOR;

3.3.2. Deverão ser preenchidas as informações dos campos para a identificação da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física com os respectivos dados, fornecida a documentação exigida para o respectivo cadastramento/credenciamento acompanhado dos seguintes documentos:

a) Cópia do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório do Serviço de Registro Civil e Títulos e Documentos, em se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores;

b) Demais documentos exigíveis pelo PORTAL DE COMPRAS / BR CONECTADO.

3.4. O acesso do Licitante ao Pregão Eletrônico, para efeito de encaminhamento dos documentos de habilitação nos termos do **item 10.2** deste Edital, encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de login e senha privativa pela BR CONECTADO.

3.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5.1. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.6. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

3.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.8. Ao enviar PROPOSTA INICIAL o licitante estará declarando que conhece e concorda com todas as regras do Edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que até a data de apresentação da proposta inicial inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, declara também, que não emprega menor de idade, salvo na condição de aprendiz (Art. 7º, inciso XXXIII, da CF).

3.8.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas em lei.

3.9. Para maiores informações sobre a utilização do sistema eletrônico utilizado BR CONECTADO, os interessados podem obter a “Cartilha para Fornecedores” no site https://www.licitacaosaojosedoscampos.com.br/, clicando em “DOWNLOAD: GUIA DO

LICITANTE", ou entrar em contato com o suporte técnico ao uso da plataforma do BR CONECTADO através do telefone: (81) 3877-1397.

4 – RECURSOS FINANCEIROS

4.1. A respectiva contratação será atendida pelas dotações orçamentárias nº 40.10.3.3.90.39.12.361.0003.2.013.01.2200000 // 40.10.3.3.90.39.12.122.0003.2.064.01.1100000 constantes do exercício de 2024 (recurso próprio).

5 – INSTRUÇÕES PARA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. O edital da presente licitação poderá ser obtido pelo interessado pela Internet, diretamente nos seguintes endereços eletrônicos: https://www.licitacaosaojosedoscampos.com.br/ e https://servicos.sjc.sp.gov.br/sa/licitacoes/index.aspx.

5.2. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos e/ou impugnar o ato convocatório do pregão na forma eletrônica.

5.2.1. A Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças de São José dos Campos responderá aos pedidos de esclarecimentos e decidirá sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos ANEXOS.

5.3. A solicitação de esclarecimentos e a apresentação de impugnação contra o presente edital deverão ser enviadas pelo sistema: https://www.licitacaosaojosedoscampos.com.br/ ou através do e-mail drmcd@sjc.sp.gov.br.

5.3.1. As respostas serão divulgadas nos sites https://www.licitacaosaojosedoscampos.com.br/ e www.sjc.sp.gov.br, cabendo aos licitantes a obrigação de verificar o mesmo antes de apresentarem suas propostas.

5.3.2. As impugnações e pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.

5.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida nova data para a realização do certame, com comunicação aos licitantes através de publicação nos mesmos termos verificados no edital, exceto se tal acolhimento não ensejar alteração ou prejuízo à formação das propostas.

5.5. Em caso de não solicitação pelas proponentes de esclarecimentos e informações ou de impugnação ao edital, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos.

5.6. Contato: Departamento de Recursos Materiais da Prefeitura de São José dos Campos, situado à rua José de Alencar nº 123 - 1º andar - Sala 03 - Paço Municipal, no horário compreendido entre 8h15 e 17h. **Telefones: (12) 3947-8250 / 3947-8561.**

6 – ENVIO DE PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

6.1. No presente Pregão Eletrônico, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances, e de julgamento.

6.2. Os licitantes deverão encaminhar exclusivamente por meio do sistema a PROPOSTA INICIAL até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando se encerrará automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2.1. Na proposta ofertada deverá estar expresso o **valor unitário e global de cada lote**, em real (R$), **com no máximo 2 (duas) casas decimais.**

6.3. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.4. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema, ao cadastrar a sua proposta, que:

6.4.1. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

6.4.2. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.4.3. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5. No ato do cadastramento da proposta eletrônica no sistema, o interessado deverá declarar em campo próprio o tipo de enquadramento de porte de sua empresa (Micro Empresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP, Cooperativa - COOP, ou Outras Empresas - OE).

6.5.1. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, equiparadas ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006 e atualizações, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.6. A falsidade das declarações de que trata o item 6.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.10. A proposta adequada enviada após o término da etapa competitiva conforme **item 9.2** do Edital prevalecerá sobre a proposta inicial descrita no **item 6.2**.

6.11. O encaminhamento da proposta pressupõe que o preço proposto considerou todos os custos diretos e indiretos porventura decorrentes ou de qualquer outra forma relacionadas com a perfeita e integral execução da obra / serviço, tais como, exemplificativamente: impostos, taxas, fretes, materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, consultorias, ensaios em laboratórios, bem como o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital e seus anexos.

6.11.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.11.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.11.3. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.12. No preenchimento da proposta inicial, que deverá ser encaminhada conforme o **item 6.2**, o licitante **não poderá se identificar**, sob pena de ter sua proposta DESCLASSIFICADA.

6.13. No preço proposto deverão estar contemplados todos os custos diretos e indiretos porventura decorrentes ou de qualquer outra forma relacionados com o objeto da presente licitação tais como: impostos, taxas, fretes, materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, encargos, entre outros.

6.14. Após a abertura do pregão não será admitido o cancelamento de eventual proposta enviada.

GARANTIA DA PROPOSTA

6.16. Para a presente proposta não será exigida garantia.

7 – ABERTURA DA SESSÃO E DAS PROPOSTAS

7.1. A partir do horário previsto no edital de licitação, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.

7.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, de que trata o **item 9**, em relação à proposta mais bem classificada.

7.2.1. Na abertura das propostas, como medida excepcional poderá haver a exclusão da proposta que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

7.2.1.1. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

7.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8 – ETAPA COMPETITIVA

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.1.1. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.1.2. Para ter acesso à etapa competitiva, os licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

8.1.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.1.4. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 50,00 (cinquenta reais)**.

8.2. Será adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA "ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações automáticas, consoante ao que dispõe a Lei n.º 14.133, de 2021.

8.3. A sessão de lances será gerenciada pelo Pregoeiro e disputados simultaneamente os lotes 01 e 02.

8.3.2. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.4. Na classificação das propostas será levado em conta o **menor preço global proposto por lote**, devendo ser respeitado(s) o(s) preço(s) máximo(s) unitário(s) constante(s) no **Anexo I.**

8.4.1. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.4.2. Empatadas as propostas iniciais sem o envio de lances após o começo da fase competitiva e não havendo, dentre os participantes, licitantes enquadrados na condição de ME / EPP, ou se houver, que não estejam aptos a usufruir do tratamento diferenciado de que tratam os artigos 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.4.2.1. Infrutíferos os critérios de desempate de que trata o art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021, proceder-se-á ao sorteio.

8.5. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.5.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.5.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.6. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.6.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

8.6.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.7. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 8.5** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.8.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.8.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida no **item 8.8** e **subitem 8.8.1**, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.9. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, em até 10 (dez) minutos, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.10. Durante a sessão pública, os licitantes poderão acompanhar, em tempo real, todas as mensagens trocadas no "chat" do sistema, conhecer valor e horário do menor lance registrado, não sendo identificado, entretanto, o detentor de cada lance.

8.11. É vedado aos licitantes estabelecer comunicações entre si através de "chat" do sistema, em qualquer fase da licitação, podendo o Pregoeiro, justificadamente, proceder à desclassificação das propostas dos licitantes que assim procederem.

8.12. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos.

8.12.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.12.2. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas **24 (vinte e quatro)** horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.13. Quando houver um único licitante ou uma única proposta válida, caberá ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade do preço ofertado.

8.13.1. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.14. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

8.15. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133 de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, podendo ser vedado o tratamento em razão de o valor estimado ser superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP.

8.16. Encerrada a etapa competitiva sem o envio de lances, inalterados os valores inicialmente propostos e entre esses existam valores em situação de empate, havendo dentre os participantes licitantes enquadrados e aptos a usufruir dos benefícios na

condição de ME/EPP, nos termos do **item 8.16.1** aplicar-se-ão os critérios previstos nos artigos 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em cumprimento ao disposto no art. 60, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16.1. A ME ou EPP melhor classificada no intervalo percentual de até 5% (cinco por cento), definido nos termos deste subitem, será convocada automaticamente pelo sistema eletrônico para, desejando, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8.16.1.1. Não sendo declarada vencedora a ME ou EPP, na forma do item anterior, serão convocadas automaticamente pelo sistema eletrônico as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo percentual de até 5% (cinco por cento) na ordem de classificação, para exercer o mesmo direito;

8.16.2. No caso de equivalência dos valores apresentados por ME ou EPP que se encontrem no intervalo percentual de até 5% (cinco por cento) será realizado sorteio eletrônico entre as mesmas, pelo sistema eletrônico, definindo e convocando automaticamente a primeira classificada para, caso queira, encaminhar uma melhor proposta, assim sucessivamente.

8.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro **DEVERÁ** encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.17.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.17.2. Havendo contraproposta aceita, o pregoeiro detalhará seu valor no sistema.

8.18. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, na legislação correlata e no **item 2.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.18.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis;

8.18.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep; e

8.18.3. Relação de Apenados mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados.

8.19. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.20. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.21. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

8.22. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 – DO ENCAMINHAMENTO E JULGAMENTO DA PROPOSTA PRIMEIRA CLASSIFICADA

9.1. Encerrada a fase de recebimento de lances, avaliada a aceitabilidade do preço do primeiro classificado, decidido motivadamente a respeito, passa-se para a verificação da perfeita consonância da proposta classificada em primeiro lugar apresentada, com as especificações e condições do edital.

9.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, **através do sistema** https://www.licitacaosaojosedoscampos.com.br/, **no campo referente à inclusão de anexos da proposta,** ou, em caso de indisponibilidade do sistema, através do e-mail drmcd@sjc.sp.gov.br, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.2.1. O prazo de 24 (vinte e quatro) horas poderá ser prorrogado por igual período nas situações elencadas no § 3º do art. 29, da IN nº 073/2022, contado da solicitação do pregoeiro ou da comissão de contratação quando o substituir.

9.3. A Proposta Adequada deverá ser formulada em uma via, datada e assinada pelo seu representante legal, sem emendas e borrões, contendo:

a) Razão social, CNPJ e endereço da proponente, bem como o número da presente licitação e horário;

b) Validade da proposta, com prazo mínimo de **60 (sessenta) dias** corridos, a contar da data da entrega da proposta;

c) Prazo para a prestação do serviço e condições de pagamento.

9.3.1. A **Proposta Adequada,** expressos em real (R$), com 02 (duas) casas decimais, deverá demonstrar:

- para o **lote 01,** os valores unitários da composição de cada item e do valor global proposto;

- para o **lote 02,** a composição dos valores dos itens que compõem cada figurino e do valor global proposto.

9.4. O preço proposto deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos porventura decorrentes ou de qualquer outra forma relacionadas com a perfeita e integral execução da obra, objeto da presente licitação tais como, exemplificativamente: impostos, taxas, fretes, materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, consultorias, ensaios em laboratórios.

9.5. Por ocasião do julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá solicitar para a comprovação da exequibilidade dos preços, a **composição de preços unitários** através do relatório analítico de insumos de todos os itens ofertados, incluindo a composição de custo horário dos equipamentos pertinentes ou detalhamento dos cálculos da produtividade da equipe ou equipamento utilizado de modo a justificar os índices da produtividade utilizada. **Composição da taxa de encargos sociais** para horistas e mensalistas.

9.6. A aceitabilidade dos preços unitários ou globais propostos seguirá o critério de compatibilidade com os preços dos insumos e salários de mercado, apurados pela Administração, acrescidos dos respectivos encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI).

9.7. No julgamento das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

9.7.1. O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, devendo o licitante atender às solicitações no prazo por ele estipulado, prazo esse que poderá ser prorrogado por igual período nas situações elencadas no § 3º do art. 29, da IN nº 073/2022, contado da solicitação do Pregoeiro ou da comissão de contratação quando o substituir.

9.7.1.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.8. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de até 2 (duas) horas, prazo esse que poderá ser prorrogado por igual período nas situações elencadas no § 3º do art. 29, da IN nº 073/2022, contado da solicitação do Pregoeiro ou da comissão de contratação quando o substituir.

9.9. O Pregoeiro poderá utilizar-se de auxílio da área técnica requisitante para, baseado em parecer técnico motivado e conclusivo, julgar a proposta no que diz respeito às especificações técnicas e aos parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

9.10. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no respectivo sistema, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas nas legislações pertinentes.

9.11. Será desclassificada a proposta inicial ou a proposta adequada, conforme o caso, que:

9.11.1. Contiver vícios insanáveis;

9.11.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e ANEXOS;

9.11.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.11.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.11.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.12. No caso de serviços em geral é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.12.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

9.12.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.12.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.13. Após a verificação da conformidade da proposta com os termos do edital, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da habilitação.

9.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

10 – HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas, prorrogável por igual

período nas situações elencadas no § 3º do art. 29, da IN nº 073/2022, contado da solicitação do pregoeiro ou da comissão de contratação quando o substituir.

10.1.2. No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação;

10.1.3. O Pregoeiro, na fase de habilitação, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

10.1.3.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com no mínimo vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência registrada em ata.

10.2. Conforme disposto no **item 3.4**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

10.2.1. Habilitação jurídica:

10.2.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.2.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

10.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.2.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.2.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971, se couber.

10.2.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.2.1.9. No caso de ME e EPP que queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar federal nº 123/2006 apresentar Certidão simplificada original da Junta Comercial da sede da licitante ou documento equivalente, além de declaração escrita **(ANEXO III)**, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

10.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.2.3. Prova de Regularidade relativa ao FGTS, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal www.caixa.gov.br ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura dos envelopes e processamento do Pregão;

10.2.2.4. Prova de Regularidade relativa Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, seguridade social, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; expedida nos sites www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br. Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;

10.2.2.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISS, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede da licitante;

10.2.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho www.tst.jus.br/certidao, conforme Lei n.º 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

10.2.3. Qualificação Econômico-Financeira:

10.2.3.1. Pessoa jurídica, apresentar certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.2.3.2. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.2.4. <u>Qualificação Técnica</u>:

10.2.4.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

10.2.5. Declaração, expressa e sob as penas da lei **(ANEXO II)**, de que:

a) A empresa não está impedida de contratar com a esfera de governo municipal;

b) Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;

c) Não existe fato impeditivo à habilitação da empresa;

d) A empresa não possui em seu quadro de pessoal menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

e) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV e do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas;

g) A empresa está em dia com todas as determinações trabalhistas e demais legislações aplicáveis;

h) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

i) A empresa está ciente de que não poderá, na constância da relação contratual que venha a firmar com a Prefeitura, vir a contratar empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de quaisquer pessoas ocupantes dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e de Vereadores;

j) A empresa está ciente que deve seguir os padrões de segurança adequados ao

uso de dados pessoais de que trata a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

k) A empresa está ciente que deve utilizar, sempre que aplicável, ações que fomentem o desenvolvimento de tecnologias para a reciclagem, nos termos da Lei Municipal nº 10.713/23.

10.2.6. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.2.7. A apresentação do Certificado de Registro Cadastral da Prefeitura de São José dos Campos em nome do licitante, em atividade compatível com objeto da presente licitação, substituirá os mesmos documentos exigidos no item 10.2.1 e subitens, item 10.2.2 e subitens, item 10.2.3.1**,** desde que atestadas as validades destes mesmos documentos no certificado antes referido.

10.2.7.1. Para efeito de cumprimento do previsto no inciso II do art. 70, da Lei 14.133/2021, com fulcro no Decreto Municipal nº 19.298/2023 considerar-se-á VÁLIDO o Certificado de Registro Cadastral da Prefeitura de São José dos Campos elaborado nos termos dos artigos 34 a 37 da Lei 8.666/1993 desde que EMITIDO ou RENOVADO até a data limite de 28/12/2023.

10.2.8. Nome, nacionalidade, estado civil, CPF, RG, endereço residencial completo e cargo que ocupa na empresa, do (a) responsável que deverá assinar o Instrumento Contratual (Contrato, Autorização de Fornecimento, Convênios, Acordos, entre outros) **(modelo ANEXO VI)**.

10.2.8.1. Quando não for o seu representante legal nos termos do contrato social, além da documentação supra, deverá apresentar procuração para tal, no ato de assinatura do mesmo.

10.2.8.2. A não apresentação da documentação referente ao **item 10.8.11** não inabilitará o licitante, ficando facultada a Municipalidade elaborar contrato em nome do representante legal da empresa, constante do contrato social, ou chamar o remanescente.

10.2.9. Os documentos solicitados para participação nesta licitação quando não encaminhados em seus originais poderão ser validamente apresentados, por meio de publicação realizada em órgão da imprensa oficial ou, ainda, por cópia simples quando a confirmação do seu teor puder ser feita pela Administração junto aos órgãos públicos emitentes, via “Internet”.

10.2.10. Não serão aceitos protocolos e nem documentos com prazos de validade vencidos. No caso das certidões, quando não consignar o prazo de validade, serão consideradas válidas as expedidas com data não superior a 120 (cento e vinte) dias anteriores à data limite para o recebimento das propostas da presente licitação.

10.2.10.1. Ao documento que devido a sua natureza seja exigida a condição de inscrição regular, ativa, ou outra, como prova de eficácia e da sua existência de fato e de direito, não se aplica prazo de validade.

10.2.11. Para usufruir do tratamento diferenciado e favorecido as **ME e EPP** deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente restrição, sendo-lhes assegurado prazo para regularização conforme previsão contida na Lei Complementar Federal nº 123, devidamente atualizada.

10.2.11.1. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, **na ordem de classificação**.

10.2.12. Considerando a Instrução Normativa RFB Nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022, referente à regularidade dos licitantes relativamente ao CNPJ, como condição de sua habilitação, será confirmada pela Administração nos termos da Instrução antes mencionada, devidamente atualizada.

10.2.13. Os licitantes que não apresentarem os documentos exigidos neste edital ou que os apresentarem incompletos, incorretos ou com a validade expirada, serão considerados inabilitados.

10.5.14. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.2.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

11 – INSTRUÇÕES E NORMAS PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante, poderá, no prazo de 02 (duas) horas corridas, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.2. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.7. A apresentação de razões e contrarrazões de recurso deverá ser enviada através do sistema https://www.licitacaosaojosedoscampos.com.br/, ou, em caso de indisponibilidade do sistema, através do e-mail drmcd@sjc.sp.gov.br ou protocolada diretamente no Departamento de Recursos Materiais, situado à rua José de Alencar nº 123 - 1º andar – sala 03 - Paço Municipal, no horário compreendido entre 08h15 e 17h.

11.8. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no Departamento de Recursos Materiais, situado à rua José de Alencar nº 123 - 1º andar - sala 03 - Paço Municipal, no horário compreendido entre 08h15 e 17h00.

12 – ADJUDICAÇÃO / HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV **-** Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13 - AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

13.1. Sem prejuízo das penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, o licitante adjudicatário, após o Contratante ter-lhe enviado a Autorização de Fornecimento por e-mail ou outro meio hábil, terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para o início da contagem do prazo de entrega.

13.1.1. O não cumprimento do disposto no item 13.1 ensejará a pena de decair do direito de fornecer, facultando ao Município convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, conforme disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei Federal nº 14.133/2021; ou revogar a licitação, independentemente das cominações previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. A Secretaria requisitante é o órgão credenciado pelo Município de São José dos Campos para vistoriar a execução, o recebimento do objeto correspondente a Autorização de Fornecimento e para prestar toda a assistência e a orientação que se fizerem necessárias.

13.3. Toda e qualquer alteração que se fizer necessária para a Autorização de Fornecimento (AF), deverá ser formalizada.

13.4. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento respectiva, durante a execução do mesmo, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas no edital.

14 – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

14.1. Após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF), o **prazo** para o cumprimento da obrigação do objeto da presente licitação será:

- para o **lote 01**, até o dia **07/09/2024**, observando rigorosamente (considerando necessários testes e ajustes) o prazo máximo para a **1ª e 2ª etapas**, nos termos estabelecidos no item 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA; e

- para o **lote 02**, até o dia **09/08/2024**, observando o estabelecido no item 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

15 – DA EXTINÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

15.1. Independentemente de interpelação judicial, a Autorização de Fornecimento poderá ser rescindida nas hipóteses previstas pela Lei Federal nº 14.133/2021, art. 137.

16 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

16.1. São obrigações do CONTRATANTE:

16.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

16.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

16.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço prestado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

16.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

16.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

16.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

16.1.7. Cientificar a Secretaria de Assuntos Jurídicos para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado.

17 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

17.1.1. Entregar, quando for o caso, o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

17.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

17.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo estipulado no Termo de Referência que antecede a data da entrega, o motivo comprovado impeditivo do cumprimento do prazo de entrega avençado;

17.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou chefe do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

17.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

17.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

17.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

17.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

17.1.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

17.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

17.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

17.1.12. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos, com a indicação de empregados que preencherem as referidas vagas;

17.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

17.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

17.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

17.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência ou instrumento congênere;

17.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

18 – DA EXECUÇÃO

18.1. O licitante vencedor deverá FORNECER o objeto desta licitação, por sua conta e risco, nas condições ofertadas, que deverão, todavia, observar as determinações

específicas contidas no TERMO DE REFERÊNCIA, mediante Autorização de Fornecimento emitida pelo órgão competente do Município de São José dos Campos.

18.1.1. Vinculam-se aos critérios estabelecidos neste **item 18** as determinações específicas à execução contidas no Termo de Referência.

18.2. Os fornecimentos objeto deste Edital deverão ser executados nos termos dos **ANEXOS I e IV.**

18.2.1. Os fornecimentos de forma discrepante com o objeto contratado através da presente licitação deverão ser refeitos / corrigidos / trocados de conformidade com o determinado pela fiscalização imediatamente ao recebimento da notificação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e previstas em lei e no Instrumento Contratual.

18.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

19 – DO RECEBIMENTO

19.1. No recebimento e aceitação do objeto serão observados os critérios estabelecidos neste item 19, observadas as determinações específicas ao recebimento contidas no Termo de Referência e ANEXOS e, no que couber, as disposições contidas no artigo nº 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

19.3. Os serviços serão recebidos **provisoriamente**, até o prazo máximo estabelecido no Termo de Referência, contado do recebimento do objeto na sede do contratante pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, se não houver, antes disso, qualquer comunicado por parte da Prefeitura de São José dos Campos.

19.4. Na hipótese da não aceitação dos serviços, o CONTRATANTE notificará o CONTRATADO das irregularidades, registrará o fato e estipulará prazo máximo para correção do(s) vício(s) mediante a lavratura de Termo de Constatação de Irregularidade – T.C.I. , sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

19.5. O CONTRATADO deverá refazer os serviços / sanar a(s) irregularidade(s) conforme determinação da fiscalização do CONTRATANTE.

19.5.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo determinado, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

19.6. Os serviços serão recebidos **definitivamente** no prazo máximo estabelecido no Termo de Referência contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante Termo Detalhado comprobatório da avaliação realizada pela fiscalização, com base nos relatórios e documentos apresentados.

19.6.1. Havendo o recebimento definitivo Comunicar a empresa CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

19.6.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

19.7. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com a medição do objeto e estar em conformidade com os termos da Portaria CAT-162, de 29/12/2008, devidamente atualizada, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, se o caso.

19.7.1. O não atendimento da prescrição acima sujeita o licitante à recusa dos serviços, bem como às demais sanções legais e contratuais cabíveis.

19.8. Não será aceito preço divergente do constante no Instrumento Contratual.

19.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

20 – DA FISCALIZAÇÃO

20.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

20.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

20.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

20.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

21 – DOS REAJUSTES

21.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

21.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPC FIPE, observadas as regras estabelecidas na Lei Federal nº 10.192/2001, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, sendo adotada a seguinte fórmula:

$$R = Po \cdot \left[\left(\frac{IPC}{IPCo} \right) - 1 \right]$$

Onde:

R = parcela de reajuste;
Po = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;
IPC/IPCo = variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

21.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

21.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

21.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

21.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.8. O reajuste poderá ser realizado por simples apostila.

21.9. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do Contratado devidamente instruídas e endereçadas à Divisão de Contratos da Secretaria responsável pela contratação. O contratado poderá exercer, perante a Municipalidade, seu direito ao reajuste dos preços do Contrato até 30 (trinta) dias antes de completar a anualidade prevista no **item 21.2.**

21.9.1. Caso o Contratado não efetue de forma tempestiva o requerimento ao reajuste e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar, entendido este ato como renúncia ao direito de reajuste por parte do Contratado.

22 – DAS MEDIÇÕES E DOS PAGAMENTOS

22.1. Os pagamentos devidos serão feitos em **30 (trinta) dias** corridos, após o recebimento **definitivo** dos serviços e respectiva nota fiscal/fatura devidamente assinada pela Secretaria requisitante.

22.1.1. Vinculam-se aos critérios estabelecidos neste **item 22** as determinações específicas ao pagamento contidas no Termo de Referência.

22.2. Nas hipóteses em que seja obrigatória a emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), conforme previsto na Portaria CAT-162, de 29/12/2008, devidamente atualizada, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, a mesma deverá ser encaminhada para o e-mail constante do **ANEXO I** do presente edital.

22.3. Os pagamentos deverão ocorrer através de crédito em conta corrente, devendo o Contratado indicar o banco para recebimento, preferencialmente um dos seguintes bancos: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

22.4. Aplica-se a contratação derivada da referida licitação o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações ou outra norma que vier a substituí-la, conforme disciplinado pelo Decreto Municipal nº 19.417, de 26 de setembro de 2023, que regulamenta a retenção na fonte do Imposto de Renda - IR por parte da Administração Pública Municipal.

22.5. O pagamento fora do prazo estabelecido sujeitará ao Município à multa de 1% (um por cento) em favor do CONTRATADO, além dos juros de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, e atualização monetária, conforme o índice IPC FIPE.

23 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

23.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

23.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

23.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

23.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

23.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

23.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

23.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

23.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

23.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

23.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

23.1.5. Fraudar a licitação;

23.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

23.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

23.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

23.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

23.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

23.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

23.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

23.2.1. Advertência;

23.2.2. Multa;

23.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

23.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

23.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

23.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

23.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

23.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

23.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

23.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

23.4.1. Para as infrações previstas nos itens 23.1.1, 23.1.2 e 23.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;

23.4.2. Para as infrações previstas nos itens 23.1.4, 23.1.5, 23.1.6, 23.1.7 e 23.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado;

23.4.3. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

23.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

23.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 23.1.1, 23.1.2 e 23.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

23.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 23.1.4, 23.1.5, 23.1.6, 23.1.7 e 23.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 23.1.1, 23.1.2 e 23.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

23.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 23.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação da Prefeitura de São José dos Campos - SP.

23.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o

qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

23.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

23.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

23.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

23.15. O valor das multas aplicadas será recolhido aos cofres do Município de São José dos Campos, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua notificação, mediante guia de recolhimento oficial.

24 – DOS ANEXOS

24.1. Fazem parte integrante e indissociável deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes **ANEXOS:**

ANEXO I – Termo de Referência (TR).

ANEXO II – Termo de Declaração.

ANEXO III – Modelo de Declaração de ME/EPP.

ANEXO IV – Condições Gerais de Fornecimento.

ANEXO V – Termo de Ciência e de Notificação do Município de São José dos Campos.

ANEXO VI – Dados para Elaboração da Autorização de Fornecimento.

ANEXO VII – Termo de Compromisso de Cumprimento do Tratamento de Dados Pessoais.

24.2. O Edital e seus Anexos estão disponíveis na íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e divulgados no sítio eletrônico oficial (www.sjc.sp.gov.br) na mesma data de divulgação do Edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.

25 – DA PUBLICIDADE

25.1. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sendo facultada, a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial desta Prefeitura de São José dos Campos.

25.2. Sem prejuízo do disposto no item 25.1, o edital será publicado no Diário do Município, no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local e, facultativamente, por meios eletrônicos, em jornal de grande circulação no âmbito estadual e/ou nacional.

25.2.1. A interposição de eventuais recursos e seus julgamentos e a homologação serão publicados no Diário Oficial do Estado e, facultativamente, por meios eletrônicos.

25.3. Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio referido no item 25.1., os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.

26 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. O Município de São José dos Campos no atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, sempre que aplicável, realiza o tratamento de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709/2018.

26.1.1. Nas hipóteses em que no exercício de suas competências seja necessário o tratamento de dados pessoais, serão fornecidas informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e práticas utilizadas para a execução dessas atividades, em anexo deste Edital.

26.1.2. Os itens expressos neste Edital que fazem referência aos direitos e princípios expressos na Lei nº 13.709/2018, não excluem outros previstos no ordenamento jurídico pátrio relacionados à matéria.

26.1.3. O CONTRATANTE e o CONTRATADO se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei Federal n. 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se o CONTRATADO por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento).

Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

Eventualmente, as partes podem ajustar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes desta alínea;

d) Os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia de informação e comunicação com o CONTRATANTE;

e) Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o CONTRATADO interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo CONTRATANTE e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando o CONTRATADO tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da Lei Federal nº 13.709/2018.

26.1.4. O CONTRATADO dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

26.1.5. O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

26.1.6. O CONTRATADO cooperará com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal n. 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

26.1.7. O CONTRATADO deverá informar imediatamente o CONTRATANTE quando receber uma solicitação de um titular de dados, a respeito dos seus dados pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos dados pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas do CONTRATANTE ou conforme exigido pela Lei Federal n. 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

26.1.8. O “Encarregado” do CONTRATADO manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, no prazo de até vinte e quatro horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

26.1.9. A critério do Encarregado do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

26.1.10. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal nº 13.709/2018.

26.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.3. A aceitação da proposta vencedora pelo Município obriga o seu proponente à execução integral do objeto desta licitação, pelo preço e condições oferecidas, não cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, quer seja por erro ou omissão.

26.4. Pela elaboração e apresentação da proposta e Documentação, as empresas não terão direito a auferir vantagens, remuneração ou indenização de qualquer espécie.

26.5. O licitante vencedor da presente licitação fica obrigado a executar integralmente a prestação dos serviços, ora licitados.

26.6. O licitante vencedor se obriga, quando aplicável, a prestar, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE, a **garantia** relativa ao objeto nos termos estabelecidos no **Anexo I**, caso aplicável.

26.7. Ao apresentar suas propostas, os licitantes concordam em assumir inteira responsabilidade pela perfeita execução dos serviços.

26.7.1. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas.

26.7.2. A Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.7.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

26.8. A simples apresentação das propostas pelas empresas implica aceitação tácita de todos os termos deste Edital e seus anexos.

26.8.1. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.8.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.8.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.9. A Administração poderá solicitar, de qualquer licitante, informações e esclarecimentos complementares para perfeito juízo e atendimento da Documentação ou Proposta apresentada.

26.10. O licitante que não puder comprovar a veracidade dos elementos informativos apresentados à Administração quando solicitados eventualmente neste sentido, será automaticamente excluído da presente licitação.

26.11. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, podendo também anulá-la, sem que caibam os licitantes o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação, quando for o caso.

26.12. Não será permitida a execução dos serviços objeto licitado sem que o órgão competente do Município de São José dos Campos emita, previamente, a respectiva ORDEM DE SERVIÇO.

26.13. Correrão por conta exclusiva do CONTRATADO quaisquer tributos, taxas ou preços públicos porventura devidos, ainda que criados em momento posterior a presente licitação.

26.14. Para todas as questões suscitadas na execução dos serviços, não resolvidas administrativamente e que não puderam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei 14.133/2021, o foro será o da Comarca de São José dos Campos, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

26.15. O Município de São José dos Campos mantém um serviço sigiloso de denúncias de corrupção e atos considerados arbitrários ou ímprobos por parte de qualquer autoridade e servidor municipal, pelo telefone (12) 3947-8246 ou e-mail: ouvidoria@sjc.sp.gov.br.

26.16. Para conhecimento público, expede-se o presente Edital, que é publicado conforme item 26 e afixado no endereço eletrônico: https://www.sjc.sp.gov.br.

São José dos Campos, 03 de julho de 2024.

Odilson Gomes Braz Junior
Secretário de Gestão Administrativa e Finanças

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

LOTE 01: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EVENTOS, PRODUÇÕES E PROMOÇÕES

(cód.: 55097)

SD(s) Nº: 2715/2024
ETP(s) Nº: 270/2024

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de contratação de empresa especializada em eventos, produções e promoções, para atender a demanda da SECRETARIA ADJUNTA, conforme condições e exigências estabelecidas no item 1.2.

1.2. Definição/Detalhamento do objeto, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, abaixo discriminadas:

Lote	Código	Descrição	Unid	Qtde	Valor Unitário de Referência	Valor Total de Referência
1	55097	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EVENTOS, PRODUÇÕES E PROMOÇÕES	SV	01	**R$ 105.000,00**	**R$ 105.000,00**

A Secretaria de Educação e Cidadania participará do desfile de rua cívico/militar de 7 de setembro com a participação de em média 750 pessoas, subdivididas em alas e pelotões. Por este motivo, se faz necessária a contratação de empresa especializada em eventos, produções e promoções, para montar a infraestrutura do desfile acima citado. Essa infraestrutura envolve criação de imagens, montagens, construção, locação na área de cenografia, elementos cenográficos, sonorização, dentre outros itens descritos neste termo.

1.2.1. Tipo: Bem comum: O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme informado na SD originária, e atende as disposições do Decreto nº 19268/2023.

2. DA JUSTIFICATIVA / NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Conforme materializado no relatório da SD e/ou do ETP, a contratação de empresa especializada em eventos, produções e promoções para a execução do desfile cívico/militar de 07 de setembro da Secretaria de Educação e Cidadania é necessária para proporcionar uma infraestrutura segura, adequada, de qualidade, esteticamente agradável e favorável ao desempenho das evoluções preparadas, fazendo com que os munícipes presentes entendam o tema apresentado, além da contratação garantir a segurança e a valorização da educação e trabalhos desenvolvidos pelos alunos, professores, comunidades escolas e desfilantes envolvidos. O desfile evidencia temas que são importantes para a atualidade e também o município, visando a aprendizagem,

socialização, cidadania e desenvolvimento dos alunos. A contratação visa assegurar em todos os aspectos, sejam eles estruturais, estéticos e de segurança condições de entendimento do enredo contado através do desfile que teve em 2023 cerca de 750 desfilantes entre alunos, professores, gestores, pais e equipe de apoio. E um público com cerca de 30 mil pessoas a partir dos dados do ano anterior.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme previsto no relatório da SD e/ou do ETP, a solução como um todo estabelece os requisitos abaixo:

3.1. CONDIÇÕES GERAIS:

3.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais e equipamentos necessários, para a confecção e entrega, atendendo às especificações mínimas citadas nos itens abaixo:

3.1.1.1. Volantes Cenográficos (Descritivo detalhado no item 3.2)

3.1.1.2. Placas e Cubos (Descritivo detalhado nos itens 3.3.1, 3.3.2, 3.3.3, 3.3.4, 3.3.4, 3.3.5 e 3.3.6).

3.1.2. A CONTRATADA deverá montar as estruturas, de forma a garantir a segurança dos desfilantes.

3.1.3. Todos os cabeamentos e ligações devem obedecer à norma ABNT de elétrica.

3.1.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar plantão de marcenaria, serralheria e elétrica durante a concentração, evolução e dispersão do desfile para sanar possíveis imprevistos estruturais e de segurança.

3.1.5. É de responsabilidade da CONTRATADA o local para a construção e armazenamento das estruturas prontas até o dia da entrega.

3.2. VOLANTES CENOGRÁFICOS:

3.2.1. 01 Volante cenográfico com o Tema do Desfile:



BASE DA ESTRUTURA:

* Base retangular de 2,0 m x 1,0 (L x P) e 40 cm de altura.
* Base construída em ferro Metalon de perfil retangular nas dimensões 60 X 40 X 1,5mm (LxAxE)

* Para guiar o volante, dois tubos de metal com até 1,0m de altura e 0,04m de diâmetro serão fixadas em cada ponta da estrutura.

ELEMENTOS CENOGRÁFICOS:

* A Base deverá ser totalmente adesivada nas cores arte do quadro em todas as laterais seguindo a arte da adesivagem frontal onde estará em destaque a frase: "A TRÍADE DA AVIAÇÃO BRASILEIRA".

** A estrutura do quadro pode ser suspensa da base com 2 hastes cilíndricas de metalon que sustentarão um quadro de mdf nas medidas 2,0 x 1,5 (LXA), o quadro deverá possuir uma moldura estrutural de metalon.*

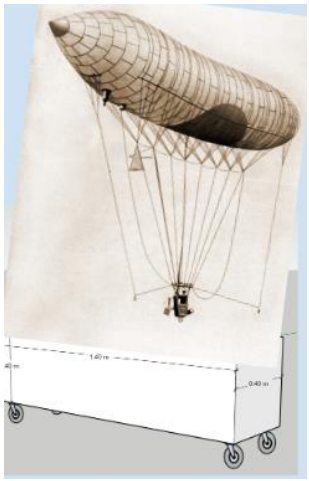
OBSERVAÇÃO SOBRE A ARTE: A arte do Volante Cenográfico será fornecida pela CONTRATANTE, conforme imagem ao lado.

SONORIZAÇÃO:

Sistema de som acoplado com abastecimento de energia própria, o som deve reproduzir a música de forma audível em aproximadamente 50 m.

OBSERVAÇÃO SOBRE A SONORIZAÇÃO: A mídia desta ala será fornecida pela CONTRATANTE, no máximo 01 semana antes do desfile para os testes.

3.2.2. 01 Volante cenográfico com o tema: “Sonhar, inventar e decolar”



BASE DA ESTRUTURA:

* Base retangular de 1,4m X 0,4m X 0,40 (LxAxE)

* Base construída em ferro Metalon de perfil retangular nas dimensões 60 X 40 X 1,5mm (LxAxE)

* Para guiar o volante, dois tubos de metal com até 1,0m de altura e 0,04m de diâmetro serão fixadas em cada ponta da estrutura.

ELEMENTOS CENOGRÁFICOS:

* A Base deverá ser totalmente adesivada nas cores da arte e com a frase na parte frontal: “Sonhar, inventar e decolar”.

* Haste cilíndrica de ferro ou similar sustentando o dirigível Nº01.

*O Dirigível Nº01 deverá ser 2D, em MDF recortado no contorno do dirigível e adesivado dos dois lados nas medidas 1,4 X 1,0 X 0,02m (LxAxE) aproximadamente.

OBSERVAÇÃO SOBRE A ARTE: A arte desse Volante Cenográfico será fornecida pela CONTRATANTE, conforme imagem ao lado.

SONORIZAÇÃO:

Sistema de som acoplado com abastecimento de energia própria, o som deve reproduzir a música de forma audível em aproximadamente 50 m.

OBSERVAÇÃO SOBRE A SONORIZAÇÃO: A mídia desta ala será fornecida pela CONTRATANTE, no máximo 01 semana antes do desfile para os testes.

3.2.3. 01 Volante cenográfico com o tema: “Transpondo barreiras e fronteiras”



BASE DA ESTRUTURA:

* Base quadrada nas dimensões 1,0m X 1,0m X 0,40m (LxPxA)

* A Base deverá ser construída em ferro Metalon de perfil quadrado nas dimensões 60 X 40 X 1,5mm (L x A x E)

*Para guiar o volante, dois tubos de metal com até 1,0m de altura e 0,04m de diâmetro serão fixadas em cada ponta da estrutura.

ELEMENTOS CENOGRÁFICOS:

* A Base deverá ser revestida de grama sintética ou adesivada na cor verde. Na parte frontal deverá constar a frase: “Transpondo barreiras e fronteiras.” "Dirigível Nº 06".

* Sob a base uma torre Eiffel 3D de MDF com 2,30m de altura aproximadamente e base compatível

* Acoplado como se estivesse contornando a Torre o dirigível Nº 06 feito de papel machê ou similar. O dirigível deve ter aproximadamente 1,0m de comprimento por 30cm de altura, com uma margem de 5 a 10 cm para mais ou para menos, desde que não comprometa a estética e proporcionalidade da alegoria.

OBSERVAÇÃO SOBRE A ARTE: A arte do Volante Cenográfico será fornecida pela CONTRATANTE, conforme imagem ao lado.

SONORIZAÇÃO:

Sistema de som acoplado com abastecimento de energia própria, o som deve reproduzir a música de forma audível em aproximadamente 50 m.

OBSERVAÇÃO SOBRE A SONORIZAÇÃO: A mídia desta ala será fornecida pela CONTRATANTE, no máximo 01 semana antes do desfile para os testes.

3.2.4. 01 Volante cenográfico com o tema: “14 Bis”



<u>BASE DA ESTRUTURA</u>:

* Base retangular de 1,4m X 0,4m X 0,4m (LxAxE)

* Base construída em ferro Metalon de perfil retangular nas dimensões 60 X 40 X 1,5mm (LxAxE)

*Para guiar o volante, dois tubos de metal com até 1,0m de altura e 0,04m de diâmetro serão fixadas em cada ponta da estrutura.

<u>ELEMENTOS CENOGRÁFICOS</u>:

* A base deverá ser revestida com grama sintética ou adesivada de verde. Na parte frontal deverá constar a frase: “14 Bis”.

* Haste cilíndrica de ferro ou similar sustentando o avião em 3D do14 Bis.

OBSERVAÇÃO SOBRE O 14 BIS: O 14 Bis em 3D é de responsabilidade da CONTRATANTE, porém, a CONTRATADA deverá retirar e devolver o avião na Casa Encantada no Pq Santos Dumont, para que seja fixada na base do volante cenográfico.

OBSERVAÇÃO SOBRE A ARTE: A arte do Volante Cenográfico será fornecida pela CONTRATANTE, conforme imagem ao lado.

<u>SONORIZAÇÃO</u>:

Sistema de som acoplado com abastecimento de energia própria, o som deve reproduzir a música de forma audível em aproximadamente 50 m.

OBSERVAÇÃO SOBRE A SONORIZAÇÃO: A mídia desta ala será fornecida pela CONTRATANTE, no máximo 01 semana antes do desfile para os testes.

3.2.5. 01 Volante cenográfico com o tema: “Metamorfose voadora – Demoiselle ao Bandeirantes”



BASE DA ESTRUTURA:

* Base retangular de 1,4m X 0,4m X 0,4m (LxAxE)

* Base construída em ferro Metalon de perfil retangular nas dimensões 60 X 40 X 1,5mm (LxAxE)

* Para guiar o volante, dois tubos de metal com até 1,0m de altura e 0,04m de diâmetro serão fixadas em cada ponta da estrutura.

ELEMENTOS CENOGRÁFICOS:

* Base revestida com adesivagem de céu com nuvens, sendo que na lateral/frontal, deverá constar o nome da ala: “Metamorfose voadora - Demoiselle ao Bandeirantes".

* Haste cilíndrica de ferro ou similar sustentando a junção dos dois aviões, metade Demoiselle e metade Bandeirantes

* A Junção dos dois aviões deverá ser 2D, em MDF e adesivado dos dois lados nas medidas 1 X 1 X 0,02m (LxAxE) aproximadamente.

OBSERVAÇÃO SOBRE O AVIÃO EM 2D: Após o desfile, o avião em 2D deverá ficar com a CONTRATANTE. Esse material fará parte do Acervo Artístico Pedagógico para serem reutilizadas em outros eventos.

OBSERVAÇÃO SOBRE A ARTE: A arte deste Volante Cenográfico deverá ser elaborada pela CONTRATADA, a partir do exemplo da imagem ao lado.

SONORIZAÇÃO:

Sistema de som acoplado com abastecimento de energia própria, o som deve reproduzir a música de forma audível em aproximadamente 50 m.

OBSERVAÇÃO SOBRE A SONORIZAÇÃO: A mídia desta ala será fornecida pela CONTRATANTE, no máximo 01 semana antes do desfile para os testes.

3.2.6. 01 Volante cenográfico com Foguete



BASE DA ESTRUTURA:

* Base retangular de 1,4m X 0,4m X 0,4m (LxAxE)

* Base construída em ferro Metalon de perfil retangular nas dimensões 60 X 40 X 1,5mm (LxAxE)

* Para guiar o volante, dois tubos de metal com até 1,0m de altura e 0,04m de diâmetro serão fixadas em cada ponta da estrutura.

ELEMENTOS CENOGRÁFICOS:

* A base deverá ser adesivada com imagem de espaço, sendo que na lateral/frontal, deverá constar o nome da ala: “O legado que revolucionou os céus do Brasil e do mundo".

* Haste cilíndrica de ferro ou similar sustentando um foguete lúdico

* O Foguete deverá ser 3D nas medidas de 2,0m de altura aproximadamente. Construído em PVC, papelão ou similar, tornando a alegoria leve, porém segura e firme.

OBSERVAÇÃO SOBRE A ARTE: A arte do Volante Cenográfico será fornecida pela CONTRATANTE, conforme imagem ao lado.

SONORIZAÇÃO:

Sistema de som acoplado com abastecimento de energia própria, o som deve reproduzir a música de forma audível em aproximadamente 50 m.

OBSERVAÇÃO SOBRE A SONORIZAÇÃO: A mídia desta ala será fornecida pela CONTRATANTE, no máximo 01 semana antes do desfile para os testes.

3.2.7. 01 Volante cenográfico com a Tríade da Aviação brasileira



BASE DA ESTRUTURA:

* Base estrutural de metalon em formato de triangular 1,5 x 2,0 (L x A)

* Estrutura com rodízio giratório, nos vértices.

*Uma alça fixa vertical em cada vértice, para conduzir e movimentar a estrutura em círculos.

OBSERVAÇÃO SOBRE A ESTRUTURA: Após o desfile, a estrutura deste volante cenográfico deverá ficar com a CONTRATANTE. Esse material fará parte do Acervo Artístico Pedagógico para serem reutilzadas em outros eventos.

ELEMENTOS CENOGRÁFICOS:

* Em cada uma das faces estampadas em lona ou PVC o busto de um dos personagens do enredo (Santos Dumont, Marechal Casimiro Montenegro e Ozires Silva).

OBSERVAÇÃO SOBRE A ARTE: A arte do Volante Cenográfico será fornecida pela CONTRATANTE, conforme imagem ao lado.

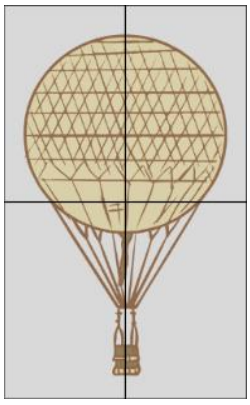
SONORIZAÇÃO:

Sistema de som acoplado com abastecimento de energia própria, o som deve reproduzir a música de forma audível em aproximadamente 50 m.

OBSERVAÇÃO SOBRE A SONORIZAÇÃO: A mídia desta ala será fornecida pela CONTRATANTE, no máximo 01 semana antes do desfile para os testes.

3.3. ALEGORIAS:

3.3.1. 01 placa dividida em 4 partes com a imagem do Balão Brasil:



ESTRUTURA:

Em Placa em PVC de 180 X 120cm (A x L), divididas em 4 partes iguais de 90 x 60cm (A x L)

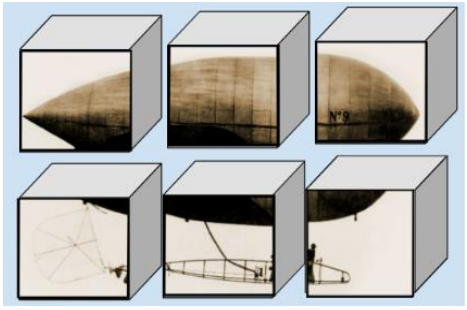
IMPRESSÃO:

Colorida direto no PVC ou adesivada.

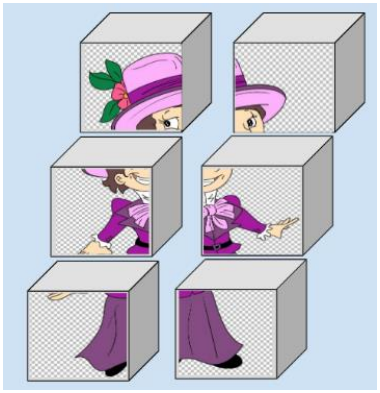
OBSERVAÇÃO SOBRE A ARTE: A arte da placa será fornecida pela CONTRATANTE, conforme imagem ao lado.

OBSERVAÇÃO GERAL: Após o desfile, as 4 placas que formam o Balão Brasil deverão ficar com a CONTRATANTE. Esse material fará parte do Acervo Artístico Pedagógico para serem reutilizadas em outros eventos.

3.3.2. 12 (doze) Cubos do Dirigível nº09 e Aída:



1ª Imagem= Dirigível Nº09



2ª Imagem= Caricatura da Aída D'Costa

ESTRUTURA:

Cubos de PVC na medida de 60 x 60, que como um quebra-cabeças, formarão as imagens descritas abaixo.

IMPRESSÃO:

1ª Imagem= Dirigível Nº09
2ª Imagem= Caricatura da Aída D'Costa

Obs.01: As imagens separadamente, deverão ser divididas e 6 partes iguais (60 x 60), tamanho dos cubos, formando um quebra cabeça como na imagem ao lado.

Obs.02: Colorida direta no PVC ou adesivado na frente com a imagem do dirigível Nº 09 e no verso com a caricatura da Aída.

OBSERVAÇÃO SOBRE A ARTE: A arte da placa será fornecida pela CONTRATANTE, conforme imagem ao lado.

OBSERVAÇÃO GERAL: Após o desfile, os 6 cubos deverão ficar com a CONTRATANTE. Esse material fará parte do Acervo Artístico Pedagógico para serem reutilizadas em outros eventos.

3.3.3. 03 (três) Placas das Aves de Rapina:



ESTRUTURA:

Placa em PVC nas dimensões de 90 X 60cm (A x L), com haste também em PVC ou Metalon para ficar elevada, conforme imagem ao lado.

IMPRESSÃO:

Colorida direto no PVC ou adesivada.

OBSERVAÇÃO SOBRE A ARTE: A arte da placa será fornecida pela CONTRATANTE, conforme imagem ao lado.

OBSERVAÇÃO GERAL: Após o desfile, as 04 placas deverão ficar com a CONTRATANTE. Esse material fará parte do Acervo Artístico Pedagógico para serem reutilizadas em outros eventos

3.3.4. 04 (quatro) Placas dos feitos do Marechal e Ozires Silva:









ESTRUTURA:

Placa em PVC nas dimensões de 90 X 60cm (A x L), com aste também em PVC ou Metalon para ficar elevada, conforme imagem ao lado.

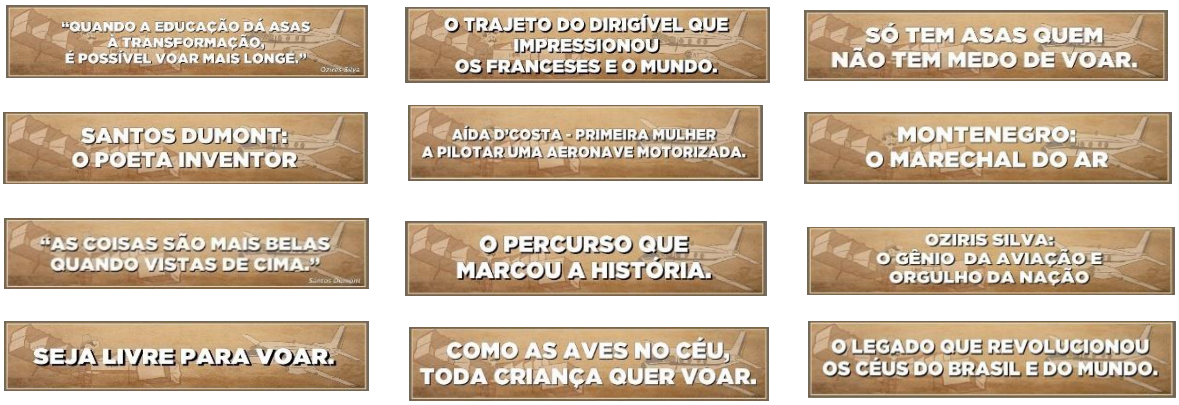
IMPRESSÃO:

Colorida direto no PVC ou adesivada.

OBSERVAÇÃO SOBRE A ARTE: A arte da placa será fornecida pela CONTRATANTE, conforme imagem ao lado.

OBSERVAÇÃO GERAL: Após o desfile, as 04 placas deverão ficar com a CONTRATANTE. Esse material fará parte do Acervo Artístico Pedagógico para serem reutilizadas em outros eventos

3.3.5. 12 (doze) PLACAS DOS PELOTÕES:



IMPRESSÃO:

Em lona fosca modelo 440g no tamanho de 3 x 0,60 (L x A), que será fixada em uma estrutura de ferro metalon.

OBSERVAÇÃO SOBRE A ARTE: A arte das placas será fornecida pela CONTRATANTE, conforme imagem ao lado.

OBSERVAÇÃO SOBRE A ESTRUTURA: A estrutura de ferro metalon é de responsabilidade da CONTRATANTE, porém, é de responsabilidade da CONTRATA. retirar essa estrutura no Acervo Artístico Pedagógico no CEFE e devolvê-la após o término do desfile.

3.4. PLANILHA COM DESCRIÇÃO:

3.4.1. A empresa arrematante do pregão deverá apresentar em até 24 horas a proposta adequada ao último lance contendo os gastos unitários da composição de cada item (Volante cenográfico, Cenografias, Placas, cubos, entre outros).

3.5. FISCALIZAÇÃO:

3.5.1. A fiscalização da CONTRATADA ficará a cargo da Coordenadoria de Eventos da Secretaria de Educação e Cidadania juntamente com os setores especializados.

3.5.2. O grupo de fiscalização da CONTRATANTE fará diversas visitas/vistorias para acompanhar a construção das estruturas de forma a atender os itens deste termo de referência, principalmente no cumprimento dos prazos, segurança e qualidade.

3.5.3. Constatada qualquer irregularidade na 1ª etapa da entrega, a CONTRATADA deverá substituir o material e/ou a estrutura no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

3.5.4. No dia 29 de agosto de 2023, a CONTRATANTE fará uma vistoria final nas estruturas da 2ª etapa de entrega e se constatada qualquer irregularidade a CONTRATADA deverá regularizar o problema até o dia 04 de setembro de 2023, data limite para outra vistoria.

3.5.5. Os contatos para agendamento e/ou esclarecimentos de dúvidas, poderão ser realizados através dos telefones (12) 3901-2092 / 220479 (Rosana, Mary ou Fábio).

3.6. DA SUSTENTABILIDADE: Não se aplica.

3.7. Será vedada a participação de CONSÓRCIO.

3.8. Será vedada a SUBCONTRATAÇÃO.

4. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação terá vigência a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) até o dia 7 de setembro de 2024.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de entrega

5.1.1. A entrega será feita em duas etapas, conforme cronograma abaixo:

5.1.1.1. 1ª ETAPA: As placas (Itens: 3.3.1, 3.3.2, 3.3.3, 3.3.4, 3.3.5 e 3.3.6) deverão ser entregues no máximo e impreterivelmente até o dia **16 de agosto de 2024 (Sexta)** para serem testadas e fiscalizadas. Caso tenha alguma imperfeição, a CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir. Esses materiais deverão ser entregues no Acervo Artístico Pedagógico no CEFE, Av. Olivo Gomes, 250 – Santana, São José dos Campos – SP;

5.1.1.2. 2ª ETAPA: As demais estruturas deverão ser entregues no dia **7 de setembro de 2024**, as 6h30 na concentração do desfile Avenida XV de novembro, na altura da Associação Esportiva São José.

5.1.2. Após o término do desfile, alguns materiais listados, deverão ficar com a CONTRATADA, para reaproveitamento em outros eventos futuros. São eles:

5.1.2.1. Item 3.2.7 (01 Volante cenográfico com a Tríade da Aviação brasileira);

5.1.2.2. Item 3.3.1 (01 Placa dividida em 4 partes com a imagem do Balão Brasil);

5.1.2.3. Item 3.3.2. (06 Cubos com a imagem do Dirigível Nº 09 e 06 cubos com a imagem da Aida);

5.1.2.4. Item 3.3.3 (03 Placas das Aves de Rapina);

5.1.2.5. Item 3.3.4 (04 Placas dos feitos do Marechal e Ozires Silva);

5.1.2.6. Item 3.3.5 (12 Placas dos Pelotões).

5.2 Do local e horário de entrega/execução

5.2.1. O local e hora da entrega serão definidos no instrumento de solicitação, descrito no item 5.1.1.

5.2.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o contratado deverá comunicar as suas razões, com a devida comprovação, com pelo menos 10 dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior.

5.2.3. O contratado obriga-se a entregar o objeto em conformidade com as especificações descritas na Proposta de Preços e neste Termo de Referência, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

5.2.4. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos objetos licitados, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do contrato correrão por conta exclusiva do contratado.

5.2.5. Os objetos deverão ser entregues embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

5.3. Condições de recebimento do produto

5.3.1. As regras para os recebimentos provisório e definitivo estão contidas no Plano Básico de Fiscalização – PBF, devidamente publicado no sitio eletrônico do Município, conforme Decreto nº 19.476/2023.

5.4. Da forma de garantia, condições de manutenção e assistência técnica

5.4.1. O prazo de garantia a ser atendido é o constante do Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078/1990 (no caso de bens e serviços).

5.4.2. A garantia será prestada com vistas a manter as estruturas fornecidas em perfeitas condições de uso, sem custo adicional para o Contratante.

5.5. Do prazo para a substituição no caso de defeito

5.5.1. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição imediata dos bens que apresentarem vício ou defeito.

6. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Para a medição do objeto, sendo o caso de cronograma de entrega/execução, este será anexo do contrato e deverá ser observado no processo de fiscalização.

6.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente deverão ser observadas as seguintes informações:

a) número do contrato, da Autorização de Fornecimento ou empenho;
b) número do processo;
c) número da licitação;
d) descrição detalhada do objeto;
e) destaques de impostos ou motivo da isenção/imunidade/não incidência do ISSQN ou IRRF;

6.3. O contratado, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá estar obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada pelo Contratante, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.1. Em caso de irregularidade do contratado, será efetuada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 2 dias úteis, sejam sanadas as respectivas pendências ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.4.1.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.4.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar à equipe de fiscalização quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, de acordo com a efetiva execução do objeto.

6.4.3. Persistindo a irregularidade, o contratante, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

6.5. A empresa contratada deverá observar a forma de remessa da NF e demais documentos que devem acompanhá-la, no Plano Básico de Fiscalização.

6.6. PAGAMENTO:

6.6.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto do Contrato, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 dias, contados da liquidação.

6.6.2. O documento de cobrança do Contratado será mediante nota fiscal/fatura, cujo crédito será realizado na conta corrente indicada pelo Contratado.

6.6.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.6.4. Se for constatado erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, o Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

6.6.4.1. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

6.6.5. O Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

6.6.6. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pelo Contratado, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

6.6.7. Aplica-se à contratação derivada da referida licitação o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações ou outra norma que vier a substituí-la, conforme disciplinado pelo Decreto Municipal nº 19.417, de 26 de Setembro de 2023, que regulamenta a retenção na fonte do Imposto de Renda - IR por parte da Administração Pública Municipal.

7. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento, conforme art. 33 da Lei 14.133/2021.

7.2. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos previstos no Edital da licitação.

8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor total estimado da contratação é R$105.000,00 (Cento e cinco mil reais), conforme valor unitário referencial discriminado no item 1.2 deste instrumento, definido nos moldes estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
Recurso: 1-Tesouro
Dotação: 40.10.3.3.90.39.12.122.0003.2.064.01.1100000
Natureza da Despesa: 339039
Projeto/ Atividade: 40050

LOTE 02: CONTRATACÃO DE SERVIÇO DE COSTURA
(cód.: 69810)

SD(s) Nº: 2717/2024
ETP(s) Nº: 248/2024

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviço de costura, para atender a demanda da SECRETARIA ADJUNTA, conforme condições e exigências estabelecidas no item 1.2.

1.2. Definição/Detalhamento do objeto, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, abaixo discriminadas:

Lote	Código	Descrição	Unid	Qtde	Valor Unitário de Referência	Valor Total de Referência
2	69810	CONTRATACÃO DE SERVIÇO DE COSTURA	SV	01	**R$ 103.500,00**	**R$ 103.500,00**

1.2.1. Tipo: Bem comum: O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme informado na SD originária, e atende as disposições do Decreto nº 19268/2023.

2. DA JUSTIFICATIVA / NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Conforme materializado no relatório da SD e/ou do ETP, a contratação visa atender a necessidade de serviço de costura para a confecção de figurinos e adereços do Desfile Cívico/militar de 07 de setembro da Secretaria de Educação e Cidadania no ano de 2024, que se faz necessária para proporcionar uma vestimenta segura, adequada, de qualidade, esteticamente agradável e favorável ao desempenho das evoluções preparadas, fazendo com que os munícipes presentes entendam o tema apresentado, além de valorizar o trabalho desenvolvido pelos alunos, professores, comunidades, escolas e desfilantes envolvidos. O desfile evidencia temas que são importantes para a atualidade e também ao município, visando sempre a aprendizagem, socialização, cidadania e desenvolvimento dos alunos. A contratação visa assegurar em todos os aspectos, sejam eles: estruturais, estéticos e de segurança as condições de entendimento do enredo contado.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme previsto no relatório da SD e/ou do ETP, a solução como um todo estabelece os requisitos abaixo:

3.1. CONDIÇÕES GERAIS:

3.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais para a confecção dos figurinos e acessórios que compõem a temática.

3.1.2. Os materiais, tecidos e acessórios poderão ser substituídos por meio de solicitação via e-mail **(eventos@edusjc.sp.gov.br)** e só serão aceitos mediante prévia aprovação, desde que haja similaridade entre os materiais ou qualidade superior.

3.1.3. A CONTRATADA deverá fornecer os produtos dos modelos, tamanhos e quantidades satisfatórias ao cumprimento do contrato.

3.1.4. As peças deverão conter etiquetas internas indicando o tamanho de cada figurino.

3.1.5. A CONTRATADA deverá obrigatoriamente marcar uma reunião com os responsáveis pelo processo de compras antes da confecção dos figurinos, para que haja confirmação dos tamanhos e possíveis alterações, além, da conferência das especificações dos tecidos e acessórios solicitados.

3.1.6. Após o término do desfile todos os figurinos farão parte do acervo artístico pedagógico da CONTRATANTE, portanto, é de responsabilidade da mesma o recolhimento desse material pós-desfile.

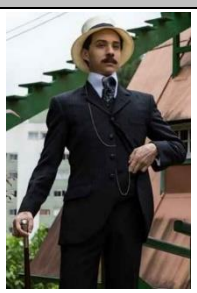
3.1.7. Os contatos para esclarecimentos de dúvidas poderão ser realizados através dos telefones que constarão na Autorização de Fornecimento (AF).

3.2. FIGURINOS:

3.2.1. Figurino de **SANTOS DUMONT NA COR PRETA**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Blazer** preto de oxford com 4 botões e bolso de lapela com gola e punho de camisa adaptada.	2
	2	Colete na mesma cor do paletó fechado com botões.	2
	3	**Gravata** vinho.	2
	4	**Chapéu** panamá com faixa preta.	2
	5	**Aviões** (réplica do 14 Bis) aproximadamente 40cm da cauda a frente, e 30 cm de uma asa a outra fixas em hastes de MDF.	29

3.2.2. Figurino de **SANTOS DUMONT NA COR BEGE**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Blazer** bege de oxford com 4 botões e bolso de lapela com gola e punho de camisa adaptada.	2
	2	**Colete** na mesma cor do paletó fechado com botões.	2
	3	**Calça** social bege em oxford.	2
	4	**Gravata** marrom escuro.	2
	5	**Chapéu** panamá bege com faixa marrom escuro e bengala de madeira.	2

3.2.3. Figurino de **OSIRES SILVA**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Paletó** grafite de oxford com 2 botões e bolso com lapela.	2
	2	**Armação de óculos** similar ao de Osires Silva.	2

3.2.4. Figurino de **HOMENS DA FRANÇA DE 1870 (SOBRETUDO)**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Sobretudo** preto em oxford com lapela, bolsos e comprimento até os joelhos, com gola e punho de camisa adaptado (colarinho smoking).	2
	2	**Gravata** lenço em tecido acetinado, cor verde escuro.	2

3.2.5. Figurino de **HOMENS DA FRANÇA DE 1870 (FRAQUE)**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Fraque** preto em oxford alongado na parte traseira com três botões e bolso para lenço do lado esquerdo do peito. Mangas compridas com botões no punho. Gola e punho de camisa adaptado (colarinho smoking).	1
	2	**Calça** masculina social cinza em oxford com bolsos.	1
	3	**Colete** na cor cinza grafite em oxford com botões.	1
	4	**Gravata** preta.	1
	5	**Lenço** branco de bolso.	1

3.2.6. Figurino de **HOMENS DA FRANÇA DE 1870 (RETO)**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Paletó** reto de oxford, cor bege claro, 3 botões da mesma cor do paletó, 3 bolsos sendo na parte do busto e 2 embaixo, os bolsos do busto são um pouco menores. 3 botões no punho das mangas. Com gola e punho de camisa adaptado.	2
	2	**Colete** bege escuro/marrom em oxford, fechamento com botões na mesma cor do colete, bolso faca.	2
	3	**Chapéu** masculino marrom com faixa bege.	2
	4	**Bengala** de madeira	2

3.2.7. Figurino de **HOMENS DA FRANÇA DE 1870 (JOHN BULL)**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Paletó** em oxford alongado levemente arredondado com abotoamento único, ombreiras discretas, cor grafite, lapela, manga comprida. Botões no punho das mangas. Com gola e punho de camisa adaptado (colarinho alto).	2
	2	**Calça** masculina em oxford, cor cinza claro.	2
	3	**Colete** cor grafite em oxford com botões.	2
	4	**Gravata** azul lenço com arabesco em tecido acetinado.	2

3.2.8. Figurino do **MARECHAL CASIMIRO MONTENEGRO**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Blazer/parca,** na frente: túnica de oxford azul-aeronáutica, gola aberta, 04 bolsos, sendo 02 superiores em tamanho menor que os inferiores. Uma fila de 4 botões grandes na cor prata, um botão menor em cada bolso e em cada ombro na alça transversal de mesmo tecido. Atrás: costura única com final na cintura, ficando aberta daí para baixo. O cumprimento da túnica irá até pouco abaixo da entreperna. Com gola e punho de camisa adaptado.	2
	2	**Gravata** Preta	2
	3	**Calça** social oxford azul-aeronáutica.	2
	4	**Quepe** azul marinho masculino azul com barreta e brasão de asa na frente.	2
	5	**Cinto** em couro sintético na cor do blazer.	2

3.2.9. Figurino de **ESTUDANTE DO ITA**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Camisa** azul claro, mangas curtas com bolsos com lapela e botões, brasão de asas no bolso esquerdo, berimbela nos ombros com estrelas. Tecido tricoline.	21
	2	**Calça** em oxford azul aeronáutica com bolsos laterais.	21
	3	**Cinto** azul escuro com fivela prata.	21
	4	**Quepe** marinho com faixa prata e brasão de asas também na cor prata.	21

3.2.10. Figurino de **PILOTO DE AVIÃO**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
 	**1**	**Camisa** branca social em tricoline, com bolsos com lapela no peito dos dois lados com um brasão de asas do lado esquerdo, manga curta, berimbelas brancas no ombro com quatro barretas em azul marinho e amarelo.	18
	2	**Calça** social em oxford azul marinho com bolsos.	18
	3	**Gravata** acetinada azul escuro.	18
	4	**Óculos** escuro aviador.	18
	5	**Quepe** azul marinho com detalhe dourado na frente e brasão de asas.	18
	6	**Cinto** preto de couro sintético.	18

3.2.11. Figurino de **FISCAL DE PÁTIO**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Calça** em oxford cinza escuro com listras refletoras verde marcador e cinza.	1
	2	**Colete** sinalizador verde marcador e listras cinzas.	1
	3	**Camiseta** em malha cinza claro com fita refletora nas mangas.	1
	4	**Protetor Auricular** em formato de fone de ouvido grande	1

3.2.12. Figurino de **PILOTO DO CORREIO AÉREO DA DÉCADA DE 1930**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Blazer/parca** de oxford na cor cáqui, gola lapela, 04 bolsos com botões, sendo 02 superiores em tamanho menor que os inferiores. Fechamento em botões da mesma cor do tecido. Ombro com berimbela do mesmo tecido e com botão. Atrás: costura única com final na cintura, ficando aberta daí para baixo. O cumprimento da túnica irá até o final do quadril.	5
	2	**Calça** em oxford cáqui, larga e fofa até os joelhos com ajustamento a partir daí.	5
	3	**Capacete** com queixeira na cor marrom em couro sintético e óculos de proteção.	5
	4	**Cachecol** off white.	5

3.2.13. Figurino de **AVIADOR DE 1898**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Macacão** em oxford na cor marrom, bolsos laterais, pernas e mangas compridas, punho e gola na cor creme tecido TED. Bolsos com lapela e botão no busto e aplique da bandeira do Brasil.	30
	2	**Capacete** em tecido na mesma cor do macacão, cobre orelhas compridas, parte frontal do capacete com óculos fake costurados em marrom escuro com centro dos olhos e contornos em tom claro de tecido TED.	30
	3	**Cinto** couro sintético marrom de + ou - 5cm de largura, com aplique de brasão de asa.	30
	4	**Bolas** infláveis de Globo Terrestre	30

3.2.14. Figurino de **SANTOS DUMONT CRIANÇA**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Jardineira** com suspensório em oxford, cor cáqui ou bege, estilo social, comprimento abaixo do joelho.	5
	2	**Gravata** borboleta, da mesma cor e tecido da jardineira.	5
	3	**Chapéu** estilo boina italiana na mesma cor do tecido da jardineira.	5

3.2.15. Figurino de **MENINO FRANCÊS DE 1870**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Jardineira** em oxford na cor verde musgo, com elástico na cintura, comprimento abaixo do joelho com elástico na barra, com bolsos laterais. Com gola de camisa adaptado com babado duplo e punho de camisa adaptado com elástico e pequeno babado.	2
	2	**Casaqueto** curto em oxford abaixo do cós da jardineira, mesma cor da jardineira.	2
	3	**Boina** infantil estilo peaky blinders, da mesma cor da jardineira com pena única na lateral com cor aproximada da boina.	2
	4	**Balões** suspensos grande de gás hélio das cores da bandeira do Brasil (Bubble).	2

3.2.16. Figurino de **MENINA FRANCESA DE 1870**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Vestido** longo solto off white em tecido fluído, mangas bufantes e punho de elástico, faixa amarelo mostarda abaixo do busto. O busto deve ser trabalhado em renda ou babado.	3
	2	**Chapéu** de palha off white com fita na mesma cor da faixa do vestido e aplicação de flores em tons de amarelo claro, amarelo escuro e off white.	3
	3	**Balões** suspensos grande de gás hélio das cores da bandeira do Brasil (Bubble).	3

3.2.17. Figurino de **AÍDA D'COSTA**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Saia vinho** longa evasê com elástico na cintura em oxfordine.	6
	2	**Casaqueto** vinho acinturado em oxfordine, com botões na cor do tecido, gola lapela com viés preto até a barra do casaqueto, mangas compridas, ombreiras discretas, cinto na mesma cor do tecido. Com gola e punho adaptado, laço grande no colarinho e broche combinando com os botões.	6
	3	**Chapéu e fita** feminino tamanho médio na cor ton sobre ton em contraste com o vestido, plumas nas cores contrastantes a cor do vestido.	06

3.2.18. Figurino de **MULHER FRANCESA DE 1870 (AZUL CLARO)**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Saia** godê longa, azul claro levemente armada em oxfordine com elástico na cintura e barrado em cor combinando com o viés do casaqueto.	2
	2	**Casaqueto** azul claro em oxfordine acinturado alongado com viés duplo preto nas extremidades fazendo o contorno, sendo um mais fino, manga longa com viés um pouco acima do punho, e fechamento com zíper invisível a partir do cós da cintura. Gola e punho de camisa adaptado com echarpe para laço na gola, punhos com babados aparentes em renda.	2
	3	**Bolsinhas** estilo saquinhos na mesma cor e tecido da camisa com enfeite de pérolas, flores e fitas.	2
	4	**Chapéu** médio off white com laço azul claro, flores brancas e azuis e pequenas plumas brancas.	2
	5	**Luvas** femininas pretas em lycra acetinada.	2

3.2.19. Figurino de **MULHER FRANCESA DE 1870 (BABADO)**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Saia** godê lisa com tecido acetinado e sobreposição de saia franzida na frente com babados na parte traseira dando volume ao quadril. Cor: azul petróleo acetinado.	1
	2	**Casaqueto** acinturado em tecido acetinado, mangas compridas, gola alta (tipo padre), fechamento na frente com botões forrados na cor preta e viés fino preto em a toda extensão de abertura do casaqueto, mangas franzidas no ombro e com babado no punho. Cor: azul petróleo acetinado.	1
	3	**Chapéu** pequeno preto com fitas, flores, tule e plumas na frente em cores que contrastem com a cor do vestido em tons de azul, preto e bege.	1
	4	**Luvas** femininas pretas em lycra acetinada.	1
	5	**Guarda-chuva** pequeno vintage preto com babados e laços.	1

3.2.20. Figurino de **MULHER FRANCESA DE 1870 (BRANCO)**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Camisa** branca com renda na frente, mangas compridas, broche de época no colarinho. Tecido viscose/algodão.	2
	2	**Saia** evasê cintura alta bege claro com faixa larga na cintura em bege um tom acima da saia, tecido da saia e da faixa acetinados em ton sobre ton. Cintura com elástico.	2
	3	**Chapéu** grande feminino off white com flores, folhas e fitas em cores delicadas combinando com a paleta da roupa.	2
	4	**Guarda-chuva** vintage pequeno feminino enfeitado com renda branca.	2

3.2.21. Figurino de **MULHER FRANCESA DE 1870 (LARANJA)**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Saia** evasê armada na cor laranja acetinado, com traseira franzida dando volume, cinto faixa larga na cor da saia, cintura com elástico.	2
	2	**Camisa** em listras nas cores branca e laranja, punho na cor branca com botões, fechamento em botões na cor laranja, colarinho branco combinando com os punhos. Tecido: viscose e algodão.	2
	3	**Bolsinhas** estilo saquinhos na mesma cor e tecido da camisa com enfeite de pérolas, plumas e fitas.	2
	4	**Chapéu** médio na cor laranja com laço nas cores branca, preto e laranja e penacho pequeno preto.	2

3.2.22. Figurino de **COMISSÁRIA DE BORDO**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Blazer** em oxford em azul jeans escuro, 3 botões na cor amarelo escuro, um brasão de asa do lado esquerdo, mangas com um viés amarelo no punho (só parte de cima do punho), bolsos com lapela. Na gola do blazer, fixar a gola branca falsa removível.	18
	2	**Saia** reta em oxford azul jeans escuro.	18
	3	**Lenço** com detalhes em amarelo escuro, branco e azul para o pescoço.	18
	4	**Quepe** feminino em tecido com detalhes em viés amarelo escuro e brasão de asa na lateral esquerda.	18

3.2.23. Figurino de **LIVROS E POEMAS**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Túnica** retangular feita com tecido de algodão, cores diversas estampado poesias de Santos Dumont nas duas faces, medidas: 1,50cm de largura x 1,11cm de altura. Estampa sublimada e sobreposta a túnica.	8

3.2.24. Figurino de **RELÓGIO DE PULSO**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	Veste frente e costa, com alegoria de relógio de pulso conforme imagem.	8

3.2.25. Figurino de **ÁGUIA REAL**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Alegoria (veste)** em peça única com mangas em formato de asas, peitoral até a altura do quadril, costas com comprimento até o tornozelo simulando uma calda de pássaro. **(Imagem Nº 03). Obs.:** As penas fake deverão seguir a nuance de preto, grafite, cinza e branco. **(Imagem Nº 01)**	10
	2	**Máscara** em formato de águia real na cor branca com bico amarelo, com abertura para os olhos com contorno preto. **(Imagem Nº 02)**	10

3.2.26. Figurino de **CORUJA**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD.
	**1**	**Alegoria (veste)** peça única que veste pela cabeça, braços em formato de asas, peitoral descendo até a altura do quadril, costa descendo até o tornozelo simulando uma calda de pássaro. **(Imagem Nº 03)** **Obs.:** As penas fake deverão seguir a predominância do branco, com detalhes de marrom, cáqui, cinza e bege. **(Imagem Nº 01)**	10
	2	**Máscara** em formato de coruja na cor branca e bege com detalhes pretos e bege **(Imagem Nº 02)**	10

3.2.27. Figurino de **FALCÃO**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD
	**1**	**Alegoria (Veste)** peça única que veste pela cabeça, braços em formato de asa, peitoral descendo até a altura do quadril, costas de asa descendo até o final do quadril e um tule da cintura até o tornozelo simulando uma calda de pássaro **(Imagem Nº 03)** **Obs.:** As penas fake deverão seguir a nuance de azul escuro, azul turquesa, azul claro com detalhes em branco e preto **(Imagem Nº 01)**	10
	2	**Máscara** em formato do rosto de falcão nas tonalidades das penas com bico preto e abertura para os olhos com contorno preto. **(Imagem Nº 02)**	10

3.2.28. Figurino de **ABELHA**

IMAGEM ILUSTRATIVA	ITEM	DETALHAMENTO	QTD
	**1**	**Asas** de abelha transparente com elástico para fixar nos ombros	5
	2	**Saia** de tule amarela	5
	3	**Tiara** preta com bolinhas amarelas.	5
	4	**Meião** até o joelho listrada em preto e amarelo.	5

3.3. PLANILHA COM DESCRIÇÃO:

3.3.1. A empresa arrematante do pregão deverá apresentar em 03 (três) dias a planilha com descrição dos gastos unitários da composição do valor total para análise.

3.4. FISCALIZAÇÃO:

3.4.1. A fiscalização da CONTRATADA ficará a cargo da Coordenadoria de Eventos da Secretaria de Educação e Cidadania.

3.4.2. O grupo de fiscalização da CONTRATANTE fará diversas visitas/vistorias para acompanhar a confecção de forma a atender os itens deste termo de referência, principalmente no cumprimento dos prazos, tamanhos, materiais e qualidade.

3.4.3. Constatada qualquer irregularidade na entrega, a CONTRATADA deverá substituir o figurino no prazo máximo de 03 (três) dias corridos.

3.5. DA SUSTENTABILIDADE: Não se aplica.

3.6. Será vedada a participação de CONSÓRCIO.

3.7. Será vedada a SUBCONTRATAÇÃO.

4. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação terá vigência a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) até o dia 7 de setembro de 2024.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de entrega

5.1.1. A entrega deverá ser feita em etapas para que os figurinos sejam testados, fiscalizados e tenha tempo suficiente para correção; portanto a produção deverá seguir as prioridades listadas abaixo:

5.1.1.1. Item 3.2.1 - Figurino de Santos Dumont na cor preta;

5.1.1.2. Item 3.2.2 – Figurino de Santos Dumont na cor bege;

5.1.1.3. Item 3.2.3 – Figurino de Ozires Silva;

5.1.1.4. Item 3.2.8 – Figurino do Marechal Casemiro Montenegro;

5.1.1.5. Item 3.2.4 / Item 3.2.5 / Item 3.2.6 / Item 3.2.7 – Figurino de Homem da França de 1870;

5.1.1.6. Item 3.2.17 – Figurino de Aída D'Costa;

5.1.1.7. Item 3.2.18 / Item 3.2.19 / Item 3.2.20 / Item 3.2.21. – Figurinos de Mulheres Francesas de 1870;

5.1.1.8. Item 3.2.22 – Figurino de Comissária de Bordo;

5.1.1.9. Item 3.2.9 – Figurino de Estudantes do ITA;

5.1.1.10. Item 3.2.10 – Figurino de Piloto de Avião;

5.1.1.11. Item 3.2.12 – Figurino de Piloto do Correio Aéreo de 1930;

5.1.1.12. Item 3.2.11 – Figurino de Fiscal de Pátio;

5.1.1.13. Item 3.2.25 / Item 3.2.26 / Item 3.2.27 – Figurinos de Águia Real, Coruja e Falcão;

5.1.1.14. Item 3.2.24 – Figurino de Relógio de pulso;

5.1.1.15. Item 3.2.23 – Figurino de Livros e Poemas;

5.1.1.16. Item 3.2.15 – Figurino de Menino francês de 1870;

5.1.1.17. Item 3.2.16 – Figurino de Menina Francesa de 1870;

5.1.1.18. Item 3.2.13 – Figurino de Aviador de 1898;

5.1.1.19. Item 3.2.14 – Figurino de Santos Dumont Criança;

5.1.1.20. Item 3.2.28 – Figurino de Abelha.

5.1.2. A finalização da entrega de todos os figurinos deverá ser no máximo e impreterivelmente até o dia **09 de agosto de 2024**.

5.1.3. Todos os figurinos e adereços serão incorporados ao Acervo Artístico Pedagógico da SEC, tornando-se peças disponíveis para empréstimos em ações artísticas da Rede de Ensino Municipal e demais entidades do município; sendo assim, os materiais utilizados na confecção devem ser de ótima qualidade, visando seu amplo uso e longa durabilidade.

5.1.4. Todas as entregas deverão ser feitas no Acervo Artístico Pedagógico no CEFE, Av. Olivo Gomes, 250 – Santana, São José dos Campos – SP, no horário das 8h às 12h, com agendamento prévio.

5.1.5. A prestação dos serviços deverá ser executada a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF).

5.2. Do local e horário de entrega/execução

5.2.1. O local e hora da entrega serão definidos no instrumento de solicitação, descrito no item 5.1.4.

5.2.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o contratado deverá comunicar as suas razões, com a devida comprovação, com pelo menos 20 dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior.

5.2.3. O contratado obriga-se a entregar o objeto em conformidade com as especificações descritas na Proposta de Preços e neste Termo de Referência, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

5.2.4. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos objetos licitados, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do contrato correrão por conta exclusiva do contratado.

5.2.5. Os figurinos deverão ser entregues embalados com capa de plástico ou TNT, individualmente pendurados em cabides, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

5.2.6. Além de embalados, os figurinos deverão ser identificados com uma etiqueta fixada na capa de plástico ou no cabide, com as seguintes informações:

5.2.6.1. Nome do personagem;

5.2.6.2. Nome da Escola;

5.2.6.3. Nome do aluno;

5.2.6.4. Tamanho.

5.3. Condições de recebimento do produto

5.3.1. As regras para os recebimentos provisórios e definitivos estão contidos no Plano Básico de Fiscalização – PBF, devidamente publicado no sitio eletrônico do Município, conforme Decreto nº 19.476/2023.

5.4. Da forma de garantia, condições de manutenção e assistência técnica

5.4.1. O prazo de garantia a ser atendido é o constante do Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078/1990 (no caso de bens e serviços).

5.5. Do prazo para a substituição no caso de defeito

5.5.1. Uma vez notificado, o CONTRATADO realizará a reparação ou substituição, no prazo de **03 (três) dias corridos**, dos figurinos que apresentarem vício ou defeito, sem prejuízo aos ensaios prévios do desfile.

6. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Para a medição do objeto, sendo o caso de cronograma de entrega/execução, este será anexo do contrato e deverá ser observado no processo de fiscalização.

6.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente deverão ser observadas as seguintes informações:

a) número do contrato, da Autorização de Fornecimento ou empenho;
b) número do processo;
c) número da licitação;
d) descrição detalhada do objeto;
e) destaques de impostos ou motivo da isenção/imunidade/não incidência do ISSQN ou IRRF.

6.3. O contratado, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá estar obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada pelo Contratante, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.1. Em caso de irregularidade do contratado, será efetuada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 2 dias úteis, sejam sanadas as respectivas pendências ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.4.1.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.4.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar à equipe de fiscalização quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, de acordo com a efetiva execução do objeto.

6.4.3. Persistindo a irregularidade, o contratante, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

6.5. A empresa contratada deverá observar a forma de remessa da NF e demais documentos que devem acompanhá-la, no Plano Básico de Fiscalização.

6.6. PAGAMENTO:

6.6.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto do Contrato, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 dias, contados da liquidação.

6.6.2. O documento de cobrança do Contratado será mediante nota fiscal/fatura, cujo crédito será realizado na conta corrente indicada pelo Contratado.

6.6.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.6.4. Se for constatado erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, o Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

6.6.4.1. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

6.6.5. O Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

6.6.6. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pelo Contratado, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

6.6.7. Aplica-se à contratação derivada da referida licitação o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações ou outra norma que vier a substituí-la, conforme disciplinado pelo Decreto Municipal nº 19.417, de 26 de Setembro de 2023, que regulamenta a retenção na fonte do Imposto de Renda - IR por parte da Administração Pública Municipal.

7. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento, conforme art. 33 da Lei 14.133/2021.

7.2. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos previstos no Edital da licitação.

8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor total estimado da contratação é de R$ 103.500,00 (Cento e três mil e quinhentos reais), conforme valor unitário referencial discriminado no item 1.2 deste instrumento, definido nos moldes estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Recurso: 1 - Tesouro
Dotação: 40.10.3.3.90.39.12.361.0003.2.013.01.2200000
Natureza da Despesa: 339039
Projeto/ Atividade: 40050

ATENÇÃO:
Sr. Licitante, a proposta comercial eletrônica deverá ser enviada com o "VALOR GLOBAL DE CADA LOTE".

e-mail para Nota Fiscal Eletrônica (NF-e): almox@sjc.sp.gov.br // eventos@edusjc.sp.gov.br // jose.fabio@sjc.sp.gov.br

ANEXO II

À
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/SGAF/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EVENTOS, PRODUÇÕES E PROMOÇÕES E SERVIÇO DE COSTURA

D E C L A R A Ç Ã O

Em cumprimento as determinações da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, para fins de participação no Pregão Eletrônico acima, que:

a) A empresa não está impedida de contratar com a esfera de governo municipal;

b) Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;

c) Não existe fato impeditivo à habilitação da empresa;

d) A empresa não possui em seu quadro de pessoal menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

e) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV e do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas;

g) A empresa está em dia com todas as determinações trabalhistas e demais legislações aplicáveis;

h) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

i) A empresa está ciente de que não poderá, na constância da relação contratual que venha a firmar com a Prefeitura, vir a contratar empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de quaisquer pessoas ocupantes dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e de Vereadores;

j) A empresa está ciente que deve seguir os padrões de segurança adequados ao uso de dados pessoais de que trata a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

k) A empresa está ciente que, conforme aplicável, deve utilizar ações que fomentem o desenvolvimento de tecnologias para a reciclagem, nos termos da Lei Municipal nº 10.713/23.

Por ser a expressão da verdade, eu _____ , representante legal do licitante, firmo a presente.

_____
DATA

_____
ASSINATURA E CARIMBO

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME / EPP

À

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/SGAF/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EVENTOS, PRODUÇÕES E PROMOÇÕES E SERVIÇO DE COSTURA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por seu representante legal, o Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara, sob as penas da Lei e sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, que é **"Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte"**, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não existem ocorrências pendentes que possam conduzi-la ao seu desenquadramento dos artigos 42 a 49 da referida Lei, estando, portanto, apta a usufruir dos benefícios da Lei no **Pregão Eletrônico nº 028/SGAF/2024**, realizado pela Prefeitura de São José dos Campos.

Por ser a expressão da verdade, eu _____ , representante legal do licitante, firmo a presente.

_____
DATA

_____
ASSINATURA E CARIMBO

ANEXO IV

CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO será emitida mediante observação rigorosa das especificações constantes da proposta apresentada na licitação e homologada pelo Município, assegurando-se em especial os seguintes elementos:

a) Condições de entrega;

b) Prazo de entrega;

c) Especificações do material ou gênero;

d) Condições de garantia;

e) Preços das mercadorias ou gêneros, incluídos todos os encargos e demais despesas;

f) Condições de pagamento;

g) Condições de acondicionamento do material ou gênero.

1) As condições acima referidas não poderão ser alteradas, com exceção de "a" e "b" mediante autorização expressa do Município, após análise da solicitação por escrito, devidamente justificada.

2) Toda e qualquer mercadoria ou gênero adquirido será objeto de inspeção de qualidade por parte do Município. Na hipótese de ser recusada, ficará a disposição do fornecedor, que arcará integralmente com as despesas decorrentes da devolução.

3) A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO não poderá ser cancelada, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município, conforme art. 138, I e parágrafo 1º da Lei Federal 14.133/21.

4) O Município não se responsabiliza pelo aceite de mercadorias fornecidas sem a anotação na Nota Fiscal do Nº da respectiva AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

5) O material deverá ser posto e descarregado no local estabelecido no instrumento convocatório, com frete pago pela firma fornecedora.

6) O não cumprimento das especificações e condições estabelecidas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO implicará em multas e demais sanções previstas no item 23 do Edital.

ANEXO V

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/SGAF/2024

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EVENTOS, PRODUÇÕES E PROMOÇÕES E SERVIÇO DE COSTURA

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) As informações pessoais dos responsáveis pelo contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:_____

Cargo:_____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:_____

Cargo:_____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:_____

Cargo:_____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pelo contratado:

Nome:_____

Cargo:_____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DO CONTRATANTE:

Nome:_____

Cargo:_____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:_____

Cargo:_____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome:_____

Cargo:_____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(Inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*

ANEXO VI – DADOS PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL (AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/SGAF/2024

As informações constantes abaixo deverão ser atualizadas, pois serão consideradas para a **elaboração do Contrato e Autorização de Fornecimento (AF).** Tais dados deverão estar de acordo com os que integrarão à respectiva Nota Fiscal, para fins de faturamento.
Seu teor é de exclusiva responsabilidade da empresa licitante.

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:.....

CNPJ: .....**INSC. ESTADUAL:**..... **INSC. MUNICIPAL:**.....

TELEFONE: (....) ..... **WHATSAPP:** (....) .....

ENDEREÇO COMPLETO (logradouro, nº, bairro, cidade, estado):.....
.....

SÓCIO(S) REPRESENTANTE(S) DA EMPRESA – ADMINISTRAÇÃO:

1 - NOME COMPLETO: .....
RG (com órgão e estado emissor): .... **CPF:**.....
DATA DE NASCIMENTO: ...../...../.....
E-MAIL PARTICULAR:
E-MAIL PESSOAL INSTITUCIONAL:

2 - NOME COMPLETO: .....
RG (com órgão e estado emissor) :..... ..... **CPF:** .....
DATA DE NASCIMENTO: ...../...../.....
E-MAIL PARTICULAR:
E-MAIL PESSOAL INSTITUCIONAL:

QUEM ASSINARÁ A AF:
(Caso não tenha sido comprovado no processo licitatório poderes para assinatura do respectivo contrato, será necessário a apresentação de procuração com poderes específicos para assinar contratos).

NOME COMPLETO: .....
ESTADO CIVIL: ..... **NACIONALIDADE:** .....
CARGO QUE OCUPA NA EMPRESA: .....
RG (com órgão e estado emissor): ..... **CPF:** .....
DATA DE NASCIMENTO: ...../...../.....
E-MAIL PARTICULAR:
E-MAIL PESSOAL INSTITUCIONAL:
ENDEREÇO / DOMICÍLIO COMPLETO (logradouro, nº, bairro, cidade, estado): .....
.....
.....

ANEXO VII

TERMO DE COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/SGAF/2024

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):_____

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EVENTOS, PRODUÇÕES E PROMOÇÕES E SERVIÇO DE COSTURA

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

1.1. O CONTRATANTE e o CONTRATADO se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei Federal nº 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se o CONTRATADO por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento).

Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto deste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

Eventualmente, as partes podem ajustar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes desta alínea;

d) Os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia de informação e comunicação com o CONTRATANTE;

e) Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o CONTRATADO interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo CONTRATANTE e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando o CONTRATADO tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da Lei Federal nº 13.709/2018.

1.2. O CONTRATADO dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

1.3. O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

1.4. O CONTRATADO cooperará com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

1.5. O CONTRATADO deverá informar imediatamente o CONTRATANTE quando receber uma solicitação de um titular de dados, a respeito dos seus dados pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos dados pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas do CONTRATANTE ou conforme exigido pela Lei Federal nº 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

1.6. O “Encarregado” do CONTRATADO manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, no prazo de até vinte e quatro horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

1.7. A critério do Encarregado do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

1.8. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal nº 13.709/2018.

LOCAL e DATA: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo:_____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pelo contratado:

Nome: _____

Cargo:_____

CPF: _____

Assinatura: _____

Obs: O presente termo será solicitado no momento do envio da Autorização de Fornecimento, devendo ser devolvido devidamente preenchido e assinado pelo responsável pela empresa.